

AGRICULTURA FAMILIAR, COMPETITIVIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERCAJU E SUA DINÂMICA NO MERCADO INTERNACIONAL

Daniely Medeiros (1); Elisabete Mendes (2); Elitânia Evangelista (3)

(1) IFRN, Rua Celso Filho, 789 - Cidade da Esperança, Nara/RN: dany_medeiros78@hotmail.com

(2) IFRN, Rua Dragão do Mar n° 108 Pajuçara, Natal/RN: elisabetechris@hotmail.com

(3) IFRN, Travessa Alto da Boa Vista n° 19, Pajuçara, Natal/RN:elitaniaevangelista@yahoo.com.br

RESUMO

Tendo em vista a Economia Solidária como forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, baseada no cooperativismo cuja finalidade é a qualidade de vida no trabalho, promoção de ações sociais e a democratização da economia, o presente estudo tem como objetivo geral, compreender os impactos que a Cooperativa de Beneficiamento Artesanal de Castanha de caju do Rio Grande do Norte-COOPERCAJU vivencia diante das influências da agricultura familiar e da economia solidária na sua competitividade internacional em seu contexto produtivo-comercial. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na cooperativa pela entrevista e aplicação de questionários, estruturado e não-estruturado, junto à gestora da unidade, que contribuiu de forma satisfatória aos questionamentos relacionados à cooperativa e os associados, objetivando responder à problemática em questão. Os resultados obtidos demonstraram que a Economia Solidária se mostra pertinente na cooperativa cujo principal produto comercializado, a castanha orgânica, é totalmente inserido no comércio justo (*Fair Trade*) e solidário, onde as ações da Economia Solidária se mostraram como fator determinante para a competitividade do produto no mercado internacional, bem como para o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida da comunidade inserida no processo.

Palavras-chave: Economia Solidária; Competitividade; Cooperativismo.

INTRODUÇÃO

A globalização vem promovendo grandes transformações no cenário econômico, o mundo está vivenciando muitas mudanças no mercado de trabalho, cada dia mais exigente e seletivo, com isso a sociedade menos favorecida está buscando alternativas para garantir o desenvolvimento sustentável através da Economia Solidária.

Nos últimos anos, a Economia solidária tem sido bastante discutida no mundo, e nada mais é do que uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não no capital. Tem base associativista e cooperativista, é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços tendo como finalidade a qualidade de vida no trabalho, promoção de ações sociais e a democratização da economia.

Os principais adeptos a essa nova alternativa, na maioria dos casos, são pequenos produtores, que estão buscando manterem-se no mercado, associados em cooperativas, promovendo a inserção dos produtos provenientes da agricultura familiar no mercado internacional através do comércio justo e solidário, que tem se configurado como fator de competitividade para inserção desses produtos no comércio exterior.

Diante do exposto, levanta-se como problema de pesquisa: Quais os impactos da agricultura familiar e da economia solidária sobre a competitividade da COOPERCAJU (Serra do Mel, RN), no mercado internacional?

O objetivo geral do trabalho consiste em compreender os impactos que a Cooperativa de Beneficiamento Artesanal de Castanha de caju do Rio Grande do Norte-COOPERCAJU vivencia diante das influências da agricultura familiar e da economia solidária na sua competitividade internacional no seu contexto produtivo-comercial.

Já os objetivos específicos são: conhecer a dinâmica produtiva-comercial da COOPERCAJU e identificar os principais aspectos norteadores para difusão da agricultura familiar e da economia solidária.

Quanto à metodologia, o estudo se configura como pesquisa exploratória-descritiva, já que envolve técnicas peculiares a ambos os tipos de pesquisa.

A pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada. Uma pesquisa pode ser considerada exploratória, quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas envolvidas no âmbito da pesquisa, experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. As pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, pouco explorado, objetivando uma maior aproximação do tema.

Já a pesquisa Descritiva tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas, utilização de questionário. Esse tipo de pesquisa tem por base observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito de seu conteúdo.

Por tanto, foi realizado um estudo de caso envolvendo levantamentos bibliográficos, entrevistas, bem como quantificação dos dados e das informações coletadas na COOPERCAJU através de entrevista e aplicação de questionários, estruturado e não-estruturado, junto à gestora da cooperativa, que contribuiu de forma satisfatória aos questionamentos relacionados à cooperativa e os associados, objetivando responder à problemática em questão.

A relevância sobre o assunto se dá, pelo amplo debate que o mundo vem trazendo sobre a Economia Solidária, bem como suas ações sócio-econômicas desenvolvidas no âmbito do cooperativismo, onde milhares de agricultores familiares, cooperados, estão gerando economia de escala a nível local e global em condições de concorrência através do comércio social e solidário.

As atividades da COOPERCAJU são de extrema importância socioeconômica para a comunidade local. Promove a geração de emprego e renda para dezenas de famílias há vários anos, sendo o ponto forte da pesquisa o fato da Cooperativa, mesmo enfrentando tantas dificuldades, atuar no mercado internacional com um produto alimentício oriundo de agricultura familiar, beneficiado artesanalmente, buscando se aperfeiçoar ano a ano, implementando melhorias em qualidade, diversificação e maior aproveitamento do produto. Tudo isso no âmbito da agricultura familiar através economia solidária e justa, promovendo o bem estar comum.

1- AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

1.1-AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um setor bastante antigo no mundo e nas relações comerciais que, ao longo dos anos, foi ganhando destaque devido a sua importância para a economia de uma nação através da geração de emprego, renda e alimento, além de favorecer o emprego de práticas produtivas mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, a preservação do patrimônio genético e a conservação do meio ambiente.

Para Souza (2009, p. 45, *apud* BRASIL 2005, p. 1), a agricultura familiar é conceituada como uma forma de produção em que predomina a interação da gestão com o trabalho cujo processo produtivo é dirigido pelos agricultores familiares, enfatizando a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementada pelo trabalho assalariado.

No Brasil, a agricultura familiar é um tema relativamente novo, destacando-se, em 2004, devido Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (SOUSA, 2009, p. 55).

De acordo com o relatório do projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO- Novo Retrato da Agricultura Familiar (2000, p.17), no Brasil há 4,9 milhões de estabelecimentos rurais, onde a região Nordeste apresenta o maior número de agricultores familiares, correspondendo a 2,1 milhões de estabelecimentos, o que representa 51,2% dos estabelecimentos familiares do país, responsáveis por cerca de 43,0% de todo o VPBA dessa região (SOUZA, 2009, p. 46).

A agricultura familiar é uma das importantes bases de produção no Nordeste brasileiro, com destaque para a produção de alimentos, ocupando parcela considerável da população. Os dados mostram que a presença de pequenas unidades de cultivo nos tabuleiros costeiros do Nordeste (Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia) é uma constante. No geral, as pequenas propriedades dedicam-se aos cultivos de mandioca, feijão, milho, fruticultura e à pecuária (TAVARES, 2009, *apud* SILVA et al., 1992).

Desse modo, pode-se considerar a agricultura familiar brasileira, como grande precursora do desenvolvimento do país, tanto pelo seu expressivo potencial econômico, como pela sua atuação sócio-cultural e ambiental na comunidade na qual estar inserida.

2.2- ECONOMIA SOLIDARIA

2.2.1- Intróito

A economia solidária trata-se da valorização social do trabalho humano, que busca a satisfação das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, reconhecendo o lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, que busca uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e com os valores da cooperação e da solidariedade (SINGER, 2003).

Segundo Iron (1997), os princípios gerais da economia solidária são: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todo o eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminismo numa economia fundada na solidariedade; a busca de intercâmbio respeitosa com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade.

Diante do exposto pode-se afirmar que a economia solidária (ES) é um conjunto de atividades econômicas que visa organizar e realizar solidariamente um trabalho de forma coletiva, autogestora e centrada no ser humano, que nos últimos anos tem ocupado espaços crescentes na atividade econômica, nas diversas esferas institucionais em diversos países do mundo.

2.2.2- Cooperativismo e Economia Solidária no Brasil

Segundo Kreutz (2004), cooperativismo é um movimento internacional, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperantes, e remunerem adequadamente a cada um deles cujos valores são: ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. A autora destaca ainda os sete princípios do cooperativismo: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos membros; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação e Preocupação com a comunidade.

Para Dabello & Frans (2006), a cooperação vem como forma de incluir o pequeno produtor de forma sustentável no mundo globalizado e competitivo, dividindo as responsabilidades e superando as inseguranças ao mesmo tempo em que potencializa a força do trabalho, as virtudes e habilidades dos envolvidos. O cooperativismo é, portanto, um tipo de organização coletiva que se configura como Economia Solidária.

A autogestão dos empreendimentos cooperativistas, é permeada pelos valores éticos da honestidade, transparência e responsabilidade social, é nesse contexto que a Economia Solidária agrega o conjunto das empresas que claramente se regem pelos princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão, à exemplo, a Cooperativa de Produção que essencialmente pode ser considerada a unidade básica da Economia Solidária.

A Economia Solidária (ES) começa a se desenvolver no Brasil devido ao renascimento dos movimentos sociais, com a propagação da crise social desencadeada pela abertura do mercado interno às importações, ação que cominou no fechamento de empresas, redução dos postos de trabalho e da produção e conseqüentemente aumento do desemprego.

No Brasil, as primeiras iniciativas da Economia Solidária encontram-se sob a denominação genérica de *bancos populares*, além das incubadoras universitárias se estruturam na relação direta com o movimento social da ES que vem ganhando novas dimensões por meio de fóruns de Economia Solidária municipal, estadual e nacional. Garantindo a formação contínua tanto dos professores, pesquisadores, técnicos e bolsistas como dos trabalhadores envolvidos no processo (BOCAYUVA & VARANDA, 2009).

Segundo a Cartilha da Campanha da Fraternidade (2010), o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) identificou, entre 2005 e 2007, 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Nesses empreendimentos estão associados/as cerca de um milhão e setecentos mil homens e mulheres. A pesquisa foi realizada em 2.934 municípios (52% dos municípios brasileiros) pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Segundo os dados apurados na pesquisa os principais motivos para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (46%) e complemento da renda dos sócios (44%).

Por tanto, pode-se afirmar que a economia solidária tem uma dinâmica própria, que seu desenvolvimento depende da criação de novas instituições solidárias, para tanto as políticas de fomento são importantes para ajudar os pobres e a auto-organização desse sistema de ação solidária na luta pelo comércio justo.

3- CAJUCULTURA NO BRASIL E NO MUNDO:

O cajueiro cuja classificação científica é *Anacardium occidentale*, árvore típica originária da região litorânea brasileira, com concentração produtiva na região Nordeste. De cultura perene, tanto o pedúnculo quanto a amêndoa de castanha são produtos de alto valor nutritivo, além de apresentarem diversas possibilidades de aproveitamento dos seus derivados na indústria alimentícia. No cenário internacional a cajucultura está espalhada em diversos países do mundo, com destaque para o Vietnã, Índia, Nigéria e Brasil.

Segundo Oliveira e Rocha (2009), a oferta mundial de castanha de caju *in natura* tem crescido aceleradamente nos últimos anos. A produção elevou-se em 59% entre 2000 e 2006, alcançando 3,1 milhões de toneladas, enquanto a área colhida sofreu incrementos de apenas 18,4% no mesmo período. Em consequência, a produtividade média saltou de 681,7 kg/ha em 2000 para 916,2 kg/ha em 2006. Estas elevações dos índices de produtividade estão associadas ao desenvolvimento de melhorias genéticas e de técnicas de manejo e ao crescimento do cultivo de cajueiros anão-precoce (Revista Desenharia nº 10 / mar. 2009).

No Brasil, os principais Estados produtores são: Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, sendo maior parte da produção exportada para os mercados europeu, americano e asiático. No mercado interno o consumo ainda é insipiente, ensejando potencial a ser explorado. A ampliação desse mercado depende fundamentalmente do padrão de qualidade do produto associado a campanhas de marketing que informem a população das vantagens nutritivas, terapêuticas que a amêndoa de castanha de caju possui, bem como o valor nutricional do pedúnculo, pouco aproveitado na indústria alimentícia brasileira.

Segundo Costa (2009), dados da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB-RN, nos últimos anos os Estados nordestinos vêm exportando, em média, US\$ 115 milhões de amêndoa/ano. Somente nos quatro primeiros meses de 2003 o Nordeste exportou o equivalente a US\$ 39.4 milhões, contra US\$ 31,0 milhões do mesmo período do ano anterior, representando um acréscimo de 27% no período, caracterizando-se como importante fonte geradora de divisas para a região.

Ainda segundo Costa (2009), dados da CONAB-RN, os Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte respondem por mais de 80% da produção nacional de castanha de caju *in natura*, sendo que mais de 80% dessa produção é exportada para os mercados europeu, americano e asiático, sob forma de amêndoas.

No Rio Grande do Norte a produção e o beneficiamento da Amêndoa de Castanha de Caju (ACC) estão em expansão, com condições favoráveis às exportações o produto vem atuando com participação expressiva na pauta exportadora do estado nos últimos quatro anos.

As estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) revelam que, no ano de 2007, o RN exportou 256,8 mil toneladas de frutas (15 mil toneladas a mais que 2006), o que rendeu um faturamento de US\$ 173,3 mi. Em 2006, o total exportado foi de US\$ 144,3 milhões.

No caso da Unidade de Beneficiamento de Castanha da Serra do Mel, 172 famílias são beneficiadas diretamente, processando e exportando a produção para países da união européia. Além da produção da Serra do Mel, que tem 2,5 milhões de pés de cajueiros, a unidade também exporta a produção de pequenos produtores de Apodi, Caraúbas e Portalegre (JORNAL DEFATO, 2009).

Atualmente, as minifábricas têm convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - que fornece crédito para cada unidade adquirir castanhas *in natura* dos associados -, além de mercados locais e prefeituras, que distribuem o produto em merendas escolares. Cada minifábrica oferece, em média, 30 postos de trabalho diretos (JORNAL DEFATO, 2009).

O modelo de minifábricas de processamento de castanha de caju, envolve novos avanços, como a implementação de equipamentos que permitem obter um produto com melhor qualidade e a inserção de pequenos produtores ligados à agricultura familiar. O objetivo é a obtenção do maior número de castanhas inteiras e alvas, assegurando as exigências do mercado internacional, altamente exigente e competitivo.

Os investimentos que estão sendo implementados, no projeto de minifábricas, visa à minimização da perda da matéria-prima nos períodos de safra cuja produção engloba castanha crua, torrada, sendo que a fruta recebe um beneficiamento mínimo durante a época de safra para ser armazenada e processada ao longo do ano, garantido a oferta do produto nos períodos de entressafra.

Atualmente, o controle de qualidade vai além das exigências burocráticas dos órgãos de regulamentação e inspeção, envolve todos os níveis da empresa e do processo, atuando como uma estratégia fundamental e indispensável para garantir a competitividade. É nesse contexto que o trabalho das cooperativas que beneficiam a amêndoa de castanha de caju, que além de oferecer produto competitivo com qualidade, promove o comércio solidário nos empreendimentos que trabalham com o cultivo, processamento e comercialização da amêndoa.

4- ESTUDO DE CASO NA COOPERCAJU (SERRA DO MEL-RN)

O município de Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, localizado a 312 Km da cidade do Natal, tem sua origem em um projeto de colonização agrícola da década de 60, desde então tem sido pioneira no beneficiamento artesanal de castanha de caju. Foi esse contexto que viabilizou o surgimento, em 1991, da organização de produtores e produtoras: A Cooperativa de Beneficiamento Artesanais de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte-COOPERCAJU, cujo ramo de atuação é Castanha de Caju Orgânica e Convencional.

Os pequenos produtores sentiram a necessidade de se organizarem para expandir a comercialização da castanha, visto que o comércio local era insuficiente para absorver a significativa oferta, participando de todo o processo de produção, beneficiamento e comercialização da castanha.

O segundo passo foi o processo de internacionalização, bastante difícil, principalmente, por se tratar de alimento proveniente da agricultura familiar, e também pela carência de políticas públicas de incentivo ao setor. Mas com ajuda técnica da Associação de Apoio às Comunidades do Campo-AACC, o produto foi sendo aprimorado, e em 1993 a cooperativa exportou 3.500 quilos de amêndoa para a Europa.

O principal mercado consumidor é a Europa (Suíça, Itália, Austrália, Inglaterra). Atualmente a cooperativa já está na 3ª sede, chega a produzir 15 mil kg por mês, exporta 60 toneladas por safra, é certificada pelo Instituto Biodinâmico-IBD, é o terceiro projeto certificado no Nordeste, primeiro lugar em termos agricultura familiar no Rio Grande do Norte, também possui o selo do comércio justo (*fair trade*).

Para garantir a pontualidade e a qualidade na entrega de um pedido é feito um rastreamento, previsão de safra de todos os associados, 106 sócios, para poder fechar os contratos. Há também, treinamento de boas práticas de fabricação, produção, geralmente diferido pela própria cooperativa e seus parceiros.

O trabalho desenvolvido pela COOPERCAJU atinge hoje um nível de organização que possibilitou a certificação em produção orgânica de um grupo de produtores de castanha. Para isto, vem sendo realizado um intenso trabalho de capacitação junto aos agricultores para garantir a implementação de práticas adequadas de conservação do solo, incorporação de matéria orgânica, utilização de produtos naturais, entre outras técnicas, visando uma produção sustentável da agricultura em Serra do Mel.

Para a gestora, a Economia Solidária sempre existiu na unidade, o comércio solidário é um fator de competitividade para a cooperativa, que trabalha com agricultura familiar inserida no *Fair trade* há mais de uma década cujos resultados sócio-econômicos são bastante expressivo para a comunidade inserida no processo.

A entrevistada afirma que a maioria dos clientes são antigos, estão juntos há quinze anos, por isso há uma relação mútua de confiança, e que independente do valor do contrato, o comprador antecipa 50% do valor acordado para cooperativa, fato que garante renda para a família produtora e assegura a qualidade e a pontualidade na entrega do produto. Isso reflete na comunidade como um todo, garantindo o sustento da família, educação dos filhos, qualidade de vida, além da certificação da relação de confiança que existe entre os envolvidos no processo de produção e consumo.

Nota-se, portanto que quando se trabalha com comércio solidário se economiza muitas etapas, estreitando o caminho entre produtor e consumidor, isso garante melhor preço e conseqüentemente, melhor condição de vida para os produtores.

Quanto aos projetos futuros, à gestora afirma que as perspectivas são muitas para implementação de maquinário, da própria estrutura da unidade, bem como desenvolver novas técnicas de aproveitamento do pedúnculo visando novos mercados, pois a amêndoa já está consolidada no mercado, o desafio agora é buscar novas alternativas de consumo, já que o caju é um produto sazonal, e assim garantir trabalho o ano todo para os cooperados.

Atualmente a cooperativa desenvolve um trabalho com um grupo de mulheres para aproveitar o pedúnculo, extremamente perecível, no entanto muito rico em vitaminas. Ainda segundo a entrevistada, o mercado para os produtos provenientes do pedúnculo do caju é amplo, isso ela enxerga nas feiras internacionais onde pode ser constatada a demanda: “Futuramente existe a intenção de trabalhar o aproveitamento da polpa, desenvolver o caju desidratado, caju passas, hambúrgue de caju para casas de alimentos naturais”. Mas por ser um produto extremamente perecível, existem várias exigências técnicas, qualificação profissional, dentre outros aspectos que deverão ser superados na cooperativa.

O trabalho desenvolvido na cooperativa é muito consistente e importante para a comunidade local, trabalho sério com mérito e certificações que vão além do empenho dos cooperados. Os seus clientes, por serem parceiros bastante exigentes, são os principais responsáveis pela fiscalização e implementação de melhorias nas práticas de produção, beneficiamento e comercialização do produto. Nota-se, portanto que as atividades da cooperativa estão em plena expansão, objetivando a qualidade do produto e a satisfação do cliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo, pode ser constatado que a Economia Solidária é uma ação econômica que vem se desenvolvendo no mundo, ao longo dos anos, devido aos problemas causados pelo processo de globalização, internacionalização dos mercados em detrimento das poucas ações voltadas para o social, destinada à população de baixa renda e para o pequeno produtor.

Pode-se observar, que quando as ações sociais são levadas a sério podem ser colhidos frutos permanentes pela sociedade. Observou-se também, que não é só a boa vontade que pode promover essas ações, as diversas esferas, tais como, Governo, Universidades, ONGS, podem fornecer benefícios técnicos, financeiros, viabilizando a promoção da Economia Solidária e Social no Brasil e no mundo.

A Economia Solidária é viável para todos, homens, mulheres, jovens, pequenos produtores. É nesse contexto que a agricultura familiar nordestina está se superando ano a ano, onde os pequenos agricultores associados

em cooperativas estão buscando se manter no mercado e garantir desenvolvimento sócio-econômico e qualidade de vida da comunidade inserida no processo. Juntos, esses cooperados estão descobrindo caminhos mais curtos para diminuir a distância entre o consumidor através de alternativas mais justa e equitativa inserindo a agricultura familiar no comércio justo e solidário.

Na COOPERCAJU, a Economia Solidária se mostrou pertinente, pois a proposta da cooperativa, em si, é voltada para o social, o principal produto é a castanha orgânica, totalmente inserida no comércio justo e solidário.

A Economia Solidária se apresenta como fator determinante para a promoção da competitividade da amêndoa customizada na cooperativa, destinada ao mercado internacional, processada artesanalmente, uma a uma, cujo processo faz diferença para o mercado consumidor, consciente e disposto a pagar mais pelo produto que é desenvolvido pela agricultura familiar através da Economia Solidária, proporcionando o desenvolvimento social e a qualidade de vida da comunidade envolvida no processo.

A cooperativa é atuante no processo de capacitação e inovação voltada para o cultivo e o processamento da castanha, valoriza o trabalho da mulher, e com a ajuda do Estado a unidade está cada vez mais atuante no mercado internacional, com participações em feiras e eventos internacionais, acessibilidade dos mercados, incentivos governamentais, dentre outros aspectos.

Como contribuição sugere-se que a COOPERATIVA crie parceria com uma universidade local para implementar um projeto de incubação, objetivando o aproveitamento do pedúnculo do caju, onde poderia desenvolver produtos alimentícios provenientes do pedúnculo através de adequação tecnológica, qualificação de mão-de-obra, técnicas de manejo e armazenamento do produto, dentre outros, com isso otimizar a produção gerando mais emprego e renda para comunidade.

Levando em consideração a carência do mercado alimentício e terapêutico, de produtos provenientes do caju, seria interessante aproveitar essa oportunidade dando início aos estudos, através de incubação, pois o mercado é promissor e a cooperativa tem condições favoráveis para dar início ao projeto. O fato da cooperativa atuar no mercado internacional viabilizaria a comercialização dos produtos provenientes do pedúnculo, que certamente iria ter consumidor garantido na Europa e em outras parte do mundo, devido a receptividade desses consumidores à novidades mercadológicas, bem como a ausência da fruta, polpa, e sucos de caju nesses mercados.

Durante a realização desse trabalho observou-se que os meios de comunicação precisam difundir essa idéia, Economia Solidária, manter a população consciente dessas medidas alternativas e eficazes ao combate das desigualdades sociais. Todos devem se conscientizar dos benefícios socioeconômico que a ES vem promovendo. As cooperativas devem cobrar do Estado mais participação e incentivo para viabilizar essa nova alternativa, extremamente viável á todos, seja pequeno produtor, médio produtor, prestador de serviço.

O ponto forte da pesquisa é o fato da Cooperativa, mesmo enfrentando tantas dificuldades, atuar há décadas no mercado internacional com um produto alimentício oriundo de agricultura familiar, se aperfeiçoando ano a ano buscando melhorias em qualidade, diversificação, maior aproveitamento do produto. Tudo isso pela economia solidária e justa.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luiz Gonzaga Araújo. **Dados Conjunturais da Castanha-de-Caju**, Safra 2009/2010. CONAB/RN, Natal, 2009.

BOCAYUVA. Pedro Claudio Cunha, VARANDA. Ana Paula de Moura. **Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2009.

DABELLO, Osvaldir, FRANZ, Diane. **Cooperativismo-Organização Social como Base do Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar**. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpescpa/IIsimcope/oficina_osvaldir_diane.pdf> Acesso em: 02 Jun. 2010.

IRON, João Eduardo. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997.

JORNAL DEFATO. **Rn ganha mais duas minifábricas**. Disponível em: http://www.defato.com/03_06_2009/estado.php. Acesso em: 11 Nov.2009.

KREUTZ, Eneida T. **Cooperativismo Passo a Passo**. 7. ed. Departamento de Educação Cooperativista, Goiânia, 2004.

OLIVEIRA, Ana Georgina P. Rocha. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Caju na Bahia-Potencial Territorial de Identidade Semiárido Nordeste II**. 10. ed. Rev. Desenbahia, 2009.

SINGER, Paul. **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária/André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcante Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs)**. São Paulo: Editora contexto, 2003.

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do Financiamento da Agricultura Familiar na Produção e Ocupação de Renda**. Nº 18, Série BNB Teses e Dissertações-Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

TAVARES, Edson Diogo. **Da Agricultura Moderna à Agroecologia: Análise da Sustentabilidade de Sistema Agrícolas Familiares**. 1. ed., Banco do Nordeste do Brasil; EMBRAPA: Fortaleza, 2009.